

DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO, DO LETRAMENTO E DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EJA: UM OLHAR REFLEXIVO E NARRATIVO

Autor: Jhonatan Oliveira Silva
Universidade do Estado da Bahia-UNEB
Ponto Novo, Bahia, Brasil
email: jhonatanoliveirasilva704@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil constitui-se como modalidade marcada por trajetórias de exclusão social, evasão escolar e negação histórica do direito à educação. Grande parte dos sujeitos que retornam à escola carrega experiências de trabalho precoce, pobreza, discriminação e invisibilidade social. Nesse contexto, alfabetizar não se restringe à decodificação da linguagem escrita, mas implica reconhecer histórias de vida atravessadas por desigualdades estruturais.

Segundo Paulo Freire (1996), a educação é um ato político e libertador, fundamentado no diálogo e na valorização do saber do educando. Para Magda Soares (2003), o letramento ultrapassa a aquisição técnica da leitura e escrita, sendo prática social situada. Já Emília Ferreiro (1999) demonstra que a aprendizagem da escrita ocorre por construção progressiva de hipóteses, exigindo respeito ao percurso singular de cada sujeito. Complementando essa discussão, Maurizio Gnerre (1998) destaca a relação entre linguagem, poder e exclusão social, enquanto Angela Kleiman (2005) compreende o letramento como prática cultural vinculada ao contexto social.

No campo da inclusão, Maria Teresa Mantoan (2006) e Peter Mittler (2003) defendem que a escola inclusiva deve eliminar barreiras à aprendizagem, assegurando participação efetiva de todos. Esses pressupostos dialogam com marcos internacionais como a Declaração de Salamanca e a UNESCO (2015), que reafirmam o direito à educação inclusiva e equitativa.

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo geral compreender, sob perspectiva crítica e narrativa, os desafios da alfabetização e do letramento na EJA, articulando-os aos princípios da Educação Inclusiva. Especificamente, busca: identificar obstáculos à permanência escolar; analisar práticas pedagógicas contextualizadas; discutir estratégias de letramento crítico; e examinar como princípios inclusivos potencializam a aprendizagem e emancipação dos estudantes.

METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza reflexiva e narrativa, fundamentada em revisão bibliográfica e em relato de experiência docente no contexto da Educação de Jovens e Adultos. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se por possibilitar a compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências educativas, conforme defendem Bogdan e Biklen (1994), ao destacarem que esse tipo de investigação privilegia a interpretação dos fenômenos em seus contextos naturais. A perspectiva narrativa também orienta o estudo, considerando que, segundo Creswell (2014), esse procedimento metodológico permite valorizar trajetórias individuais e coletivas, especialmente em contextos marcados por exclusão social e desigualdade educacional.

O percurso metodológico foi construído a partir da articulação entre revisão teórica e prática pedagógica vivenciada em sala de aula. A revisão bibliográfica contemplou autores que discutem alfabetização, letramento e Educação Inclusiva, buscando fundamentar teoricamente

as reflexões desenvolvidas ao longo do estudo. Paralelamente, foram utilizados registros reflexivos do cotidiano escolar, anotações de campo e análise das produções escritas dos estudantes, compreendidas como documentos pedagógicos reveladores dos processos de aprendizagem e das experiências vividas no ambiente escolar. A observação participante, conforme descrita por Lüdke e André (1986), constituiu-se como estratégia central, uma vez que o pesquisador atua diretamente no espaço investigado, acompanhando interações, práticas e desafios que emergem na dinâmica da sala de aula.

Os dados foram analisados de forma interpretativa, buscando identificar recorrências, desafios e potencialidades das práticas pedagógicas desenvolvidas, especialmente aquelas relacionadas à alfabetização, ao letramento crítico e às estratégias inclusivas. O foco da análise concentrou-se na compreensão dos impactos dessas práticas na autoestima, na permanência escolar e na construção do sentimento de pertencimento dos estudantes da EJA.

No que se refere aos aspectos éticos, a pesquisa respeita os princípios da confidencialidade e da dignidade humana, assegurando a preservação da identidade dos educandos e evitando qualquer exposição de informações pessoais que possam gerar constrangimento ou identificação. O estudo alinha-se aos pressupostos do direito à educação e às diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), reafirmando o compromisso com práticas pedagógicas democráticas, inclusivas e humanizadoras.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados evidenciam que os desafios enfrentados na Educação de Jovens e Adultos ultrapassam aspectos meramente pedagógicos, envolvendo dimensões estruturais, emocionais, sociais e inclusivas. Observou-se que muitos estudantes chegam à escola marcados por experiências anteriores de fracasso, evasão e desvalorização de suas capacidades. Esse histórico contribui para a construção de uma autoestima fragilizada e para o medo constante de errar, especialmente nas atividades de leitura e escrita. Tal realidade confirma a crítica de Paulo Freire (1996) à educação bancária, que reforça sentimentos de incapacidade ao desconsiderar os saberes prévios do educando. Nesse contexto, a escuta ativa e o diálogo mostraram-se fundamentais para reconstrução da confiança e para o fortalecimento do vínculo entre professor e estudante.

Outro aspecto relevante refere-se ao tempo de aprendizagem. Diferentemente do ensino regular infantil, a EJA reúne sujeitos com trajetórias diversas, ritmos diferenciados e experiências acumuladas ao longo da vida. A prática pedagógica evidenciou que respeitar o tempo interno de cada educando favorece avanços significativos na apropriação da escrita. À luz das contribuições de Lev Vygotsky (2007), compreende-se que a aprendizagem ocorre por meio da mediação e da interação social, especialmente na zona de desenvolvimento proximal. Assim, atividades colaborativas e intervenções mediadas possibilitaram que os estudantes avançassem gradualmente, superando bloqueios e inseguranças.

As práticas pedagógicas contextualizadas demonstraram impacto expressivo na participação e no engajamento da turma. A proposta de escrita de cartas autobiográficas, por exemplo, revelou-se potente instrumento de letramento e de ressignificação da própria trajetória. Ao escrever sobre si mesmos, os educandos não apenas exercitaram habilidades linguísticas, mas também reconstruíram narrativas pessoais marcadas por superação. De modo semelhante, o trabalho com músicas populares, especialmente do repertório de Luiz Gonzaga, promoveu identificação cultural e valorização das experiências locais. Essas práticas dialogam com as concepções de Magda Soares (2003) e Angela Kleiman (2005), que defendem o letramento como prática social situada, vinculada às vivências concretas dos sujeitos.

A produção de um jornal mural coletivo também se destacou como estratégia de fortalecimento do protagonismo estudantil. Ao produzirem notícias, relatos, receitas e poemas, os estudantes passaram a se reconhecer como autores e produtores de cultura escrita. Tal experiência evidenciou que o letramento se consolida quando assume função social real, superando exercícios descontextualizados. Os resultados indicaram aumento da participação, maior frequência às aulas e ampliação do sentimento de pertencimento à escola.

No campo da Educação Inclusiva, constatou-se que a adoção de recursos acessíveis e de metodologias flexíveis contribuiu significativamente para a participação de estudantes com necessidades específicas. O uso de letras ampliadas, materiais concretos, apoio visual e atividades colaborativas favoreceu a aprendizagem de todos, não apenas daqueles com deficiência. Essa constatação reforça a perspectiva de Maria Teresa Mantoan (2006), segundo a qual a inclusão não beneficia apenas um grupo específico, mas transforma a escola em espaço mais democrático. Da mesma forma, Peter Mittler (2003) sustenta que a eliminação de barreiras pedagógicas deve ser responsabilidade institucional, exigindo reorganização curricular e compromisso coletivo.

Apesar dos avanços observados, persistem limitações estruturais que impactam o cotidiano escolar. A carência de recursos pedagógicos adaptados, a ausência de formação continuada específica para atuação na EJA e as jornadas exaustivas de trabalho dos estudantes constituem entraves significativos. Muitos educandos chegam às aulas após longos períodos de trabalho, o que interfere na concentração e no rendimento. Além disso, políticas públicas de permanência ainda se mostram insuficientes para garantir continuidade dos estudos. Tais desafios confirmam que as dificuldades não são individuais, mas resultam de desigualdades históricas e sociais que atravessam a modalidade.

Ainda assim, os resultados demonstram que práticas dialógicas, contextualizadas e inclusivas produzem impactos positivos na autoestima, na permanência escolar e na construção do sentimento de pertencimento. A valorização das histórias de vida, a escuta sensível e a integração de múltiplas linguagens revelam-se caminhos potentes para consolidar a EJA como espaço de emancipação. Em consonância com a literatura analisada, evidencia-se que alfabetizar e letrar jovens e adultos exige compromisso ético, político e pedagógico com a transformação social.

CONCLUSÕES

A alfabetização na EJA constitui ato político e emancipador. O letramento ocorre como prática social contextualizada. A valorização das experiências de vida favorece a aprendizagem. O respeito aos ritmos individuais promove avanços significativos. As práticas dialógicas fortalecem a autoestima dos estudantes. As estratégias contextualizadas ampliam a participação e o pertencimento escolar. A inclusão requer eliminação de barreiras pedagógicas e atitudinais. A adoção de recursos acessíveis garante participação efetiva. A EJA consolida-se como espaço de emancipação e reconstrução de trajetórias.

PALAVRAS-CHAVE

Emancipação social. Práticas inclusivas. Letramento crítico. Permanência escolar. Mediação pedagógica.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

CARVALHO, Rosita Edler. *Educação inclusiva: com os pingos nos "is"*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CRESWELL, John W. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa*. Porto Alegre: Penso, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Ática, 1998.

KLEIMAN, Ângela B. *Cultura escrita e letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2006.

MITTLER, Peter. *Educação Inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

UNESCO. *Declaração de Salamanca*. Salamanca: UNESCO, 1994.

UNESCO. *Educação 2030: Declaração de Incheon*. Paris: UNESCO, 2015.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

